

Os Romanos de Castro Verde (*Conventus Pacensis, Lusitania*)

José d'Encarnação*

Resumo A circunstância de se haver reencontrado a fotografia de uma estela perdida, para além da surpresa inicial, levou a que se pensasse em refletir melhor sobre os dados — sobretudo epigráficos — que se conheciam da Época Romana provenientes do território do atual concelho de Castro Verde (*Conventus Pacensis, Lusitania*). A surpresa deu lugar à convicção de que aí se registou atividade ímpar de uma população que, nomeadamente pela onomástica, merece atenção particular.

Abstract Manuel Maia found the photograph that he has done of a lost Roman stele with inscription. The surprise induced a more exhaustive research about the apparent individuality of the people who, at Roman times, lived in this term of the modern Castro Verde municipality (*Conventus Pacensis, Lusitania*). And this deeper reflexion gave us the belief that personal names registered in the inscriptions recovered in this area were very singular indeed.



1. IRCP 138(a)

O Dr. Manuel Maia, responsável pelo Museu da Lucerna de Castro Verde, teve a gentileza de me dar conhecimento, por mensagem de correio eletrónico, a 8 de outubro de 2015, da ocorrência seguinte: «Ao tentar classificar umas fotografias antigas que encontrei no fundo de uma gaveta, descobri esta que te mando» (Fig. 1). E acrescentou:

Apareceu aqui no concelho de Castro Verde, julgo que na freguesia de Entradas. Foi recolhida pelo proprietário da herdade, Sr. Manuel Nobre, entretanto falecido. Foi levado ao pátio da sua casa agrícola durante um encontro fortuito aqui na vila. Como não tinha outra escala usei o isqueiro que tinha no bolso. A Maria publicou essa inscrição, mas não recordei onde nem a data. Só sei que foi nos anos 80 e que não foi numa revista científica. [...] Acontece que a lápide foi oferecida pelo Sr. Manuel Nobre a um amigo de Almeirim (Santarém). Num futuro em que a inscrição possa vir a ser redescoberta poderá levar a uma errada atribuição do seu local de origem. Envio-te a foto para que, se achares que vale a pena, a estudes e forneças o seu local de origem.

Respondi-lhe de imediato, perante a boa surpresa de se haver reencontrado uma epígrafe que, por estar inédita na altura (possivelmente 'reservada'), eu não a incluíra em IRCP. A primeira informação fora-me dada, de facto, a 21.6.1982, pela Dra. Manuela Alves Dias; e o próprio Dr. Manuel Maia me adiantara, a 23.5.1983, que se tratava de uma estela de xisto, com a inscrição na face lateral (com uns

10/20 cm de altura) e me dera a leitura M. VLPIVS OBIDIVS / H S E. Anotei, então, na ficha que elaborei, que era desconhecido o paradeiro da epígrafe e se desconhecia também o contexto do achamento.

Face, porém, à importância do texto, acabei por a incluir, sob o n.º 138(a), mas sem foto, no aditamento às IRCP que publiquei em 1986 (1986a) e por essa via entrou no circuito científico internacional (por conseguinte, com a versão *Obidus*, que ora se corrige): consta, sob o n.º 22 933 em *HEpOL*, depois de ter sido referida por Manuela Alves Dias em *HEp* 2, 747 e em 1991 (p. 464); e foi integrada na base de dados *Epigraphik-Datenbank Clauss-Slaby* (<http://www.manfredclaus.de/gb/>), sob o n.º EDCS 22900016; terá, porém, passado despercebida aos editores de *L'Année Épigraphique*, dado que não figura nos índices dos volumes desde 1986 a 1993.

No referido artigo de Maria Maia — cujo original entretanto se encontrou — relata-se que o achamento se deu «no Monte da Fonte, propriedade, na altura, do Exmo. Sr. Carlos Luís Nobre e, hoje, do filho, Manuel Luís Martins Nobre»; e que a foto era o único testemunho que havia, pois a pedra fora «entretanto levada para a casa de um particular, no Ribatejo».

Confirmam-se, pela foto, os dados fornecidos por Manuel Maia: aproveitou-se uma face menor, provavelmente de alisamento natural (trata-se de um xisto, recorde-se) para aí se gravar o singelo epitáfio. Essa circunstância levou desde logo Maria Maia a «supor que foi, desde sempre, concebida para figurar num jazigo, onde ocuparia um lugar de destaque, talvez por cima da porta», opinião que aceito sem reservas. O jazigo construído na propriedade de *Obidus* (seria deveras aliciante que ali se identificasse uma *villa*...), onde, naturalmente, apenas figu-

Fig. 1 – Estela de M. *Ulpivs Obiddus*. Foto de Manuel Maia.

rava o seu nome, dado que fora o primeiro a ser sepultado, mantendo-se no anonimato, como também hoje se observa nos jazigos dos nossos cemitérios, os demais membros da família aí porventura sepultados (cf. Encarnação, 2009–2010, pp. 48–49).

Tendo em conta que um isqueiro como o que está na fotografia mede 8,2 cm de comprimento máximo, a face inscrita da epígrafe terá entre 8,5 e 9 cm de altura e um comprimento máximo de 51,3 cm, embora Maria Maia haja apontado 72 cm.

M(arcus) • VLPivs • OBIDDVS • H(ic) • S(itus) E(st)
«Aqui jaz Marco Úlpio Óbiddo».

Altura das letras: 2,4/2,8; M = 3,7, O = 2,1.

A gravação foi muito cuidada, com goiva (atendendo ao que me parece ser um corte arredondado e não em bisel). Uma reta que vai desde o último S até à aresta lateral direita é susceptível de ter sido, de facto, uma linha de pauta. Realçou-se o <M> inicial e o recurso a menor módulo do <O> justifica-se com a necessidade de fazer caber todo o texto no espaço disponível. Os espaços interlineares não terão, aqui, significado maior, do ponto de vista gráfico, porquanto se apresenta irregular a superfície de fractura tanto na parte superior como em baixo; no entanto, é de 3,5 cm a distância maior entre a superfície superior e as letras e de 2,5 cm, em média, a que vai da base das letras à aresta inferior. Pontuação triangular, afigurando-se-me que se omitiu após o último S.

Na publicação que fiz (1986a, p. 103), comentei:

M. Ulpius são os nomes do futuro imperador Trajano. De *Obidus* não encontramos paralelos. Pela onomástica, parece, pois, possível tratar-se de um colono itálico.

Fora, de facto, induzido em erro, pois a grafia com dois DD não oferece dúvidas. A primeira ideia que surge é estarmos perante uma distração do lapicida, perfeitamente natural: não se apercebera que já grafara o D e só disso se teria dado conta após o texto completo e... não valia a pena corrigir ou dar-se ao trabalho de procurar outra pedra para novo epitáfio. Essa hipótese afigura-se tanto mais viável quanto a repetição do D num antropónimo tão 'evidente' e singelo não teria justificação fonética, a não

ser que, a título de exemplo (não passível, creio, de confirmação), assim se quisesse significar um som de origem grega, como o do teta. Mas, por outro lado, o cuidado posto pelo lapicida na gravação acabou por me suscitar perplexidade quanto a essa explicação singela, atendendo também ao facto de uma pesquisa, ainda que sumária, me levasse à confirmação de que não havia mais nenhum testemunho da ocorrência do *cognomen* *Obidus*: Kajanto (1965, p. 353) cita *Obitus* (CIL VI 1055), que poderíamos entender como relacionável, uma vez que não é raro o fenómeno linguístico de abrandamento do /t/ para /d/; não se me antoja, todavia, como provável. Há, ainda, com a mesma proximidade gráfica, *Obidianus*; contudo, também esse 'parentesco' há que descartar, porque se trata de uma variante de *Ovidianus* (Kajanto, 1965, p. 152, referindo CIL XI 4453).

Maria Maia opinou também sobre este *cognomen*. Depois de anotar a sua singularidade no contexto epigráfico romano, alude ao *nomen* *Obidius*, documentado na Península Itálica, e sugere que se teria querido escrever *Ovidus*, variante de *Ovidianus*, «mais correcto segundo a norma clássica». Aponta, ainda, a possibilidade de ser «derivado de um locativo (desconhecido ou não documentado)», embora se incline «mais para a hipótese de gentílico de outro patrono itálico, anterior».

Neste contexto, o recurso à *HEpOL* acabou por revelar-se deveras sugestivo, porquanto me forneceu os seguintes dados:

- Registo n.º 102: o epitáfio de *Deddo Belai[n]ocum G(aii) f(ilius)*, achado em Ablanque (Guadalajara);
- Registo n.º 6597: o epitáfio de *Boddus Carubeus Bodi f(ilius)*, achado em Sória;
- Registo n.º 6896: *Turanto Boddegun* manda lavrar o epitáfio do seu amigo *Vadiniensis Doiderus Arcaun Boderi f(ilius)*, achado em Crémenes (León);
- Registo n.º 8540: menciona-se *Terentius Boddus Vadiniensis*, numa epígrafe de Cangas de Ónis;
- Registo n.º 12 038: refere-se ao *monumentum* *Neconi Boddegun Loancinis fili(o) Va(diniensi)*, achado em Acebedo (León);
- Registo n.º 12 615: a memória de duas filhas de um *Boddus*, achada em Olleros de Pisuega;
- Registo n.º 14 486: em Mieres (Astúrias), *G(aius) Sulpicius Africanus* oferece epígrafe à

- divindade indígena *Nimmedus Seddiagus*;
- Registo n.º 17 255: em Sória, apresenta-se um *Ant(oni)us Addio Ebur(a)ncu*;
 - Registo n.º 19 203: em Villabino (León), há menção de um *Augo Propeddi Cr(escens)*;
 - Registo n.º 19 265: em Crémenes, *Doiderus* manda lavrar o epitáfio a seu pai *[T]urenno [B]oddegun [B]oddi f(ilio) Vad(iniensi)* [cf. acima, registo n.º 6896, onde a mesma onomástica se documenta].
 - Registo n.º 19 266: em Riaño (León), achou-se o *monumentum Bodero Ma(terno) Bod(di) fi(lio) Va(diniensi)*;
 - Registo n.º 19 279: em Acebedo (León), encontrou-se o *monumentum Ces(tio) Bod(do) Vad(iniensi)*;
 - Registo n.º 24 200: em Alcozar (Sória), *Meddittus Stennico(n)*.

Ou seja, estes exemplos peninsulares — *Addio*, *Boddu*, *Boddegun*, *Deddo*, *Meddittus*, *Propeddi*, *Seddiagus* (este, um teónimo)... — provam à evidência que, afinal, o uso de <dd> não reveste carácter de excepção. Além disso, retrata, de facto, uma aculturação fonética, pois a sua ocorrência se documenta predominantemente no seio da onomástica pré-romana, quer na antroponímia quer na etnonímia. Por outro lado, resulta clara a sua ligação estreita a uma 'etnia' (digamos assim), a dos Vadinienses. Não veria, pois, com maus olhos que este nome identificasse alguém vindo da zona leonesa, donde também eram originários os Clunienses, especialistas na técnica da mineração (Encarnação, 2011, p. 111). E estaríamos, assim, perante um caso de «geminção do sufixo», de que fala Vallejo (2005, p. 531)¹.

Importa agora debruçarmo-nos sobre os primeiros dois antropónimos, que coincidem, como escrevi, com os nomes «do futuro imperador Trajano»: *M. Ulpus Traianus*. Aliás, atendendo à proximidade com as minas romanas de Aljustrel, de que uma das tábuas legislativas (IRCP 143) se dirige precisamente, da parte do imperador Adriano, a um *Ulpus Aelianus*, Maria Maia data a inscrição do século II da nossa era e sugere que *M. Ulpus Obiddus* possa ter sido o que hoje se designa «engenheiro de minas», um especialista na extração metalífera, quiçá também um liberto imperial. É, na verdade, bem tentadora essa hipótese, mormente se tivermos em conta o que atrás se disse acerca do possível contexto original da epígrafe: o frontispício de um jazigo. Sei bem quanto é falível usar para datação o

critério paleográfico; contudo, neste caso, a paleografia enquadra-se cabalmente nos moldes que temos considerado típicos dos primeiros tempos do Império e, até, dos anos finais do século I a. C.: a gravação por goiva, o M largo, o P aberto, o B assimétrico, o O bem circular, o E de vértices levemente virados para cima... tudo conforme ao que Pedro Battle (1963, p. 114) descreve como sendo a «capital cuadrada elegantísima de los tiempos de Augusto». Acresce a isso a singeleza do epitáfio, que ostenta apenas os *tria nomina* do defunto e a fórmula final, a exemplo do que se passa com as demais epígrafes da região, que temos datado também desses primórdios da vinda dos Romanos.

Nesse caso, como se justifica a adopção de um gentílico que só virá a ser comum largas décadas depois? Importa, pois, ver, em primeiro lugar, que outros testemunhos há, na Lusitânia e na Península Ibérica, da utilização de *Ulpus*. Uma das sínteses mais recentes a este propósito poderá ser a de Jonathan Edmondson (2001, pp. 161–162), que, a propósito de *Ulpia Luniana*, referida numa bem conhecida epígrafe de Mérida (EE VIII 30), sugere que a adoção desse *nomen* significa que

she was a descendant of an imperial freedman of Trajan or of someone granted Roman citizenship during his reign; but she may just as easily have been from a free-born family of Ulpii.

Na n. 70 (p. 162), Edmondson alude a outras epígrafes, entre as quais esta, de Castro Verde, concluindo que «the name is not common in Lusitania».

Creio que não conheceria Edmondson o exaustivo e sólido trabalho de pesquisa e de reflexão que Maria Manuela Alves Dias levou a efeito (1989a), a propósito de uma das inscrições que Edmondson, de resto, cita também: EE IX 40, de Cárquere (Resende), onde se menciona um *Ulpus Sabinus*. Começa Manuela Alves Dias por incluir *Ulpus* no número dos gentílios imperiais, cuja presença na «comunidade romanizada de Cárquere» «destoava do perfil geral que o universo antroponomástico em observação evidenciava» (Dias, 1989a, p. 333). Giza a investigadora um panorama exaustivo do que então se conhecia da ocorrência deste *nomen*, concluindo que a sua distribuição geográfica

¹ Teve António Faria a gentileza, que agradeço, de observar que a *cognatio Obidoq(um)*, mencionada (por duas vezes) na inscrição AE 2011, 518, da região de Guadalajara, era passível de se interpretar OB>ID'DOQ, o que viria apoiar a existência dos dois DD.

não parece apontar nenhum centro que possa ter funcionado como “natural” difusor deste ou daquele ramo familiar de *Ulpii*: mesmo em *Italica* não podemos observar nenhuma concentração de *M. Ulpii*, como seria de esperar do “berço” de Trajano (p. 341).

E anotara antes que,

na Hispânia, a cronologia do uso do gentílico *Ulpus* é, atendendo aos portadores inequivocamente datados, sempre posterior a finais do séc. I, observando-se uma maior frequência desse uso nos sécs. II e III (Dias, 1989a, p. 341).

Tendo verificado que o nome também foi utilizado como nome único em contexto indígena, Manuela Alves Dias explica esse facto atribuindo a sua introdução

ou à descendência (de libertos) de libertos imperiais, que de acordo com o perfil social dos *Ulpii* eram utilizados no funcionalismo (sobretudo das explorações mineiras e do fisco), ou, então, a militares que tendo participado nas guerras dácicas de Trajano que, como se sabe, tiveram uma ampla integração de unidades hispânicas [...], acabaram por regressar às suas terras de origem»; daí, conclui, haver «nas pequenas comunidades de composição social maioritariamente indígena», o seu uso «descomprometido», «como nome comum, antropónimo simples que não implicava qualquer alteração sócio-jurídica (Dias, 1989a, pp. 341–342).

Não nego que possa ter havido, durante o século III, uma espécie de ‘retorno ao passado’ na forma de, na Lusitânia, as pessoas se identificarem. O caso de S. Romão (Seia), estudado por Amílcar Guerra (1989) e, por sinal, apresentado no mesmo colóquio em que Manuela Alves Dias disse do seu estudo sobre os *Ulpii*, constitui prova evidente que esse mesmo investigador amiúde tem chamado à colação: um *aedilis* identificado apenas como *Vegetus Talarbari f(ilius)* consagrou um edifício, no ano em que eram cônsules *Praesens* e *Extrictatus*, ou seja, em 217 d.C. Concordo que

algumas regiões vêm mesmo demonstrar uma onomástica tradicional em fases ainda mais tardias, como acontece nas Astúrias» (Guerra, 1989, p. 427);

mas estou ainda mais de acordo com a sugestão de

que há que ter muito cuidado na atribuição de datas a determinadas epígrafes com base em critérios que, podendo ser válidos para algumas regiões, não podem ser automaticamente transpostos para outras sem se avaliarem devidamente as características de cada uma (Guerra, 1989, p. 427).

Ora, no caso vertente, as características dos monumentos epigráficos da área de Castro Verde, Ourique e mesmo da área rural de *Vipasca* vão, a meu ver, no sentido de lhes podermos atribuir uma datação precoce, como tive ocasião de salientar logo em 1978: «Uma onomástica indígena frequentemente adaptada à onomástica latina, denotando uma população que acaba de sentir os efeitos da romanização» (p. 52). Essa conclusão levar-me-ia, de resto, a interrogar-me:

Os traços individualizantes detectados epigraficamente terão correspondência histórico-cultural? Ou, por outras palavras, o estrato populacional que, nos começos do Império, habitou o Sudoeste alentejano, terá características socioeconómicas e étnicas que o distingam da restante população? (p. 53).

A questão mantém-se atual e responder-lhe foi também um dos objetivos que me propus atingir ao retomar essa problemática, para cuja clarificação ora se dispõe, sem dúvida, de muitos mais dados. Volto, pois, ao gentílico *Ulpus*: é, obrigatoriamente, um «gentílico imperial»? Todos os indivíduos portadores deste nome são forçosamente do tempo do imperador Trajano ou relacionáveis com ele? Recordo Ronald Syme: *Ulpus*, gentílico de Trajano,

é talvez um nome ilírico da Itália do Nordeste; esta palavra, essa raiz ‘Ulp’ tem evidentemente algo a ver com *wolf* em germânico e com *vuk* nas línguas esla-

vas. Ulpus é, quase seguramente, ilírico (Syme, 1977, p. 378).

O que quer dizer que... existia muito antes de Trajano ter subido ao trono! Mas talvez valha a pena transcrever o que Ronald Syme escreve de seguida, a propósito, nomeadamente, dos *Ulpii* da Bética:

Or, qui sont ces gens-là ? À mon avis des Italiens : à l'origine ce n'étaient pas des citoyens romains, des légionnaires des armées d'Espagne au II^e siècle av. J. C., mais ou bien des soldats auxiliaires ou bien de petits commerçants qui, après deux ou trois générations, ont accumulé de l'argent, acheté des propriétés et sont devenus assez respectables. Il serait très important de savoir, aux différentes époques ou dans les différentes sociétés, combien de générations il a fallu, si on commençait dans le petit commerce, pour accomplir l'ascension sociale qui vous faisait sénateur et consul (Syme, 1977, p. 379).

Creio, por conseguinte, que a grafia com dois DD nos sugere estarmos perante o que costumamos designar por 'indígena romanizado', ou seja, alguém que mantém um *cognomen* etimologicamente pré-romano e assume *praenomen* e *nomen* claramente latinos. Uma relação de proveniência com outras áreas peninsulares não é despidianda, quer se aponte para a região de León (*Vadinienses*) quer mesmo para a Bética. Em todo o caso — e voltar-se-á a este tema — a ligação de *Obiddus* com a actividade mineira, já apontada por Maria Maia, parece-me ter ficado sobejamente demonstrada e — se nos é permitido sonhar... — quiçá não tenha sido descendente deste o *Ulpus Aelianus* atrás referido, *procurator metallorum* de *Vipasca!*...

2. As outras epígrafes

A problemática levantada pelo epitáfio de *Obiddus* postula que se reúnam aqui, em síntese, os dados facultados pelas outras quatro epígrafes conhecidas, até ao momento, dadas como provenientes do território actualmente pertencente ao concelho de Castro Verde.

Importa desde já salientar que se trata de uma opção arbitrária e 'cómoda', porque, na ver-



Fig. 2 – Estela de *Iulia Materna*. Foto de J. Beleza Moreira.

dade, esses limites não só não existiam no tempo dos Romanos como o que conhecemos dos monumentos epigráficos de Ourique e Aljustrel se insere, na sua quase totalidade, no mesmo horizonte cronológico e cultural, como já atrás se referiu. Sirvam-nos, porém, estes exemplos para fundamentar a formulação de uma hipótese interpretativa com alguma validade.

2.1. A estela de *Iulia Materna* (IRCP 128) (Fig. 2)

Vale a pena começar por dar conta das peripécias por que passou o estudo desta epígrafe.

Comunicou-me José Cardim Ribeiro, a 25 de outubro de 1979, o seu achamento na Herdade do Bispo, sita na freguesia de Casével. Era sua intenção apresentá-la no IV Congresso Nacional de Arqueologia, previsto para Maio do ano seguinte, em Faro. Como não teve oportunidade de fazer esse estudo, apontou para o inserir em volume de homenagem a D. Fernando de Almeida, cuja concretização então se esperava para breve, mas que só viria a conhecer a luz do dia em 1990, no número de *Arqueologia e História*, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, datado

Fig. 3 – Estela de M. Postumius.



de 1984—1988; contudo, Cardim Ribeiro não chegaria a concretizar o seu intento. Entretanto, José Beleza Moreira fotografou a pedra *in situ* e enviou-me cópia, em carta de 1 de março de 1981. É essa a imagem que se apresenta, única fonte de que dispus (e disponho!) para o estudo do monumento, pois, apesar de todas as amudadas diligências que tenho feito (chegaram a garantir-me que estava na arrecadação da Câmara Municipal de Ourique, onde não se logrou identificar), a pedra levou sumiço! Nada poderá, por conseguinte, adiantar-se quanto a dimensões e características físicas do monumento.

Na ficha preparatória de *IRCP* escrevi o seguinte, a 13 de março de 1981:

Trata-se de uma estela, possivelmente de xisto, de campo epigráfico não delimitado. A foto mostra-a ainda no local de achado, num muro (?), com um buraco sensivelmente quadrado abaixo das letras RN da l. 3. Não parece haver vestígios de mais letras. Na l. 1, alguns sulcos poderiam ser interpretados como letras, antes do primeiro l, mas não são.

A epígrafe diz o seguinte:

IVLIA / G(aii) • F(ilia) / MATERNA
«Júlia Materna, filha de Gaio».

Em *IRCP* 128, após o comentário paleográfico — assinalou-se, por exemplo, a existência do nexa MA —, escrevi:

Documenta-se mais uma *Iulia* numa zona onde esse gentílico é predominante, sendo de salientar o facto de o pai da defunta ser um *G. Iulius*, identificação que se enquadra nos começos do Império. O cognome *Maternus*, embora latino, é muito frequente em áreas de onomástica pré-romana.

Aliás, o texto é caracteristicamente do século I da nossa era. Atestam-no a ausência de qualquer fórmula funerária, inicial ou final, bem como da referência à idade; e a onomástica, como já referimos.

Materna integra-se no que Abascal designou de «*cognomina de parentesco*» (1994, 31), de uso relevante em todo o Ocidente. Na lista de cognomes mais frequentes que então apresentou, *Materna/-us* ocupava o 6.º lugar, com 156 testemunhos, sendo *Severus* o 1.º, com 258.

2.2. A estela de Postumius (*IRCP* 136) (Fig. 3)

Tive ocasião de estudar este monumento, em 1978, na casa do Padre António Serralheiro, então pároco de Messejana, amante de velharias cuja porta estava sempre aberta aos investigadores, como tive ensejo de assinalar (1978, p. 42). Tendo-se retirado para o Seminário de Beja, após a vida sacerdotal activa como prior,

levou consigo a sua coleção, onde a pedra efetivamente se encontra.

Trata-se de uma estela em dolomite porosa e esverdeada. Lê-se, sem dificuldade, o texto, inserido em campo epigráfico alisado e rebaixado:

M(arci) • POSTV/MI(i) • L(ucii) • F(ili)ii
«De Marco Postúmio, filho de Lúcio».

Note-se a simplicidade textual: apenas a identificação do defunto, em genitivo, como que para dizer «esta é a sepultura de...». E a ausência de *cognomen*, a indiciar-nos uma época (os primórdios do hábito epigráfico...) em que ele ainda não era necessário: na família *Postumia*, o pai chamava-se *Lucius*, o filho era *Marcus*; o *praenomen* funcionava como elemento identificador.

Assinalei, em *IRCP*, que *Postumius* — de acordo com a investigação levada a efeito por Jürgen Untermann (1965, mapa 65) — era «característico da parte não-europeia da Península Ibérica». Poderei hoje acrescentar que, no *Atlas* que recolhe a onomástica da Lusitânia (Navarro & Ramírez, 2003), o mapa 240 (p. 268) só dá conta, além deste testemunho, de mais cinco: *L. Postumius Apollonius Norbensis* foi *augustalis*, provavelmente em *Augusta Emerita* (AE 1997, 781); a inscrição do cidadão emeritense *Q. Postumius Solus* foi identificada em Chester (EE IX 1064); e, em Lisboa, *CIL* II 245 e 246 testemunham a existência de uma *Postumia Quintilla* e de dois *Postumii* (*Florianus* e *Nigelio*[?]), respetivamente.

No conjunto da Península Ibérica, de acordo com a base de dados *HEpOL*, teremos um total aproximado de 70 testemunhos, boa parte deles a identificar personagens de vulto na vida local. Destacaria, a título de exemplo, que foram dois irmãos *Marci Postumii*, *Maxumus* e *Albinus*, que, em Cartagena, homenagearam os dois Césares filhos adotivos de Augusto, Lúcio e Gaio (registos n.ºs 15 759 e 28 255, respetivamente), dando cumprimento a um desejo do imperador²; que a epígrafe de Almeria que também apenas traz *Q(uintus) Postumius / Verecundus / hic sit(us) est* vem aí datada da dinastia Júlia-Cláudia (registro n.º 71); e que uma inscrição de Cabrera (Balears) só tem *P(ubl)ii Postumi Rufi* (registro n.º 7089).

Postumius é, na verdade, um *nomen* de amplas ressonâncias romanas desde tempos republica-



Fig. 4 – Estela de L. Cornelius Mitulus.

nos: chamou-se *Aulus Postumius Tubertus* o sogro de *Cincinnatus*; *Sulla* consultava o *haruspex Gaius Postumius*; e há, na Gália Transpadana, a via *Postumia*, obra, como se sabe, do cônsul *Spurius Postumius Albinus Magnus*, datada de 148 a. C. A circunstância de, na Lusitânia, a sua ocorrência se circunscrever a Mérida e a *Olisipo* é sintoma evidente de que também a região em torno do filão metalífero de Castro Verde foi, a par desses dois, mui significativo e precoce pólo de atração.

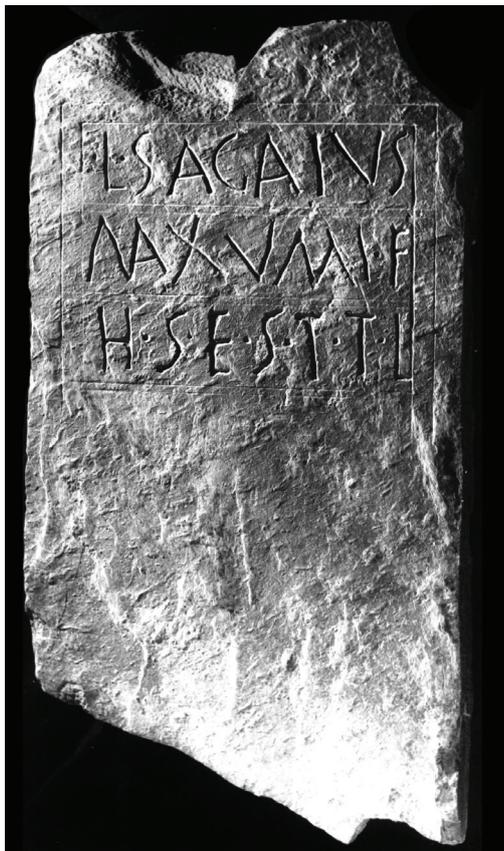
Outras referências bibliográficas: Encarnação, 1978, pp. 50–52; AE 1978, 384; *HEpOL* registro n.º 23 543.

2.3. A estela de Mitulus (IRCP 125 a) (Fig. 4)

Estela de grauvaque cinzento claro, de forma irregular (69 x 53 x 6/8 cm), de campo epigráfico delimitado por desbaste e picagem, a demonstrar superior cuidado na preparação da epígrafe, o que o alinhamento do texto à direita e o bom recorte, em bisel, dos caracteres assim como o ponto em jeito de

² Tive ensejo de me referir a essa 'ordem' imperial, a propósito de idêntica homenagem levada a efeito pela *civitas Igaeditanorum* (Encarnação, 2007, pp. 352–355).

Fig. 5 – Estela de L. Sagaius. Foto de Manuel Ribeiro (Serviço Regional de Arqueologia do Sul).



triângulo equilátero sobejamente confirmam. Foi encontrada, em 1980, por António Terlica Domingos, quando lavrava no Monte das Ramas, freguesia de Casével. Está guardada no Museu da Lucerna, em Castro Verde.

L(ucii) • CORNELI(i) / MITVLI
«De Lúcio Cornélio Mitulo».

A redacção, em genitivo, deste nome claramente romano, e a ausência de outras referências (religiosas, onomásticas, biográficas e funerárias) permitem datar esta inscrição de meados do século I a. C.,

afirma Manuela Alves Dias, opinião que nos merece inteira concordância.

Da ocorrência de *Cornelius* na Lusitânia dá conta o *Atlas* de 2003: são cerca de 80 os testemunhos então registados, dos quais quase 50% na capital, *Augusta Emerita*. E Manuela Alves Dias comenta:

À data, numa área onde seria bem conhecido o nome de *L. Cornelius Balbus*, de Gades, note-se que também este

‘desconhecido’ do Sul da *Ulterior* usava o *praenomen* e o gentílico do ditador Sila.

Paralelos que hão de, obviamente, ser tidos em boa conta, quando observamos o panorama destes primórdios da vinda dos Romanos que a região de Castro Verde tão eloquentemente nos patenteia.

De *Mitulus*, conhecia-se, em 1986, apenas um outro testemunho: o de *Iulius Mitulus*, de *Puteoli* (CIL X 2300), referido por Kajanto (1965, p. 333). Manuela Alves Dias relaciona-os com um termo grego, *mitylos*, que, no entanto, não identifiquei. Deriva o antropónimo do nome comum, latino, *mitulus*, que significa «mexilhão». Recordo que Luís Coelho, em conversa, quando se preparava o texto para o *Ficheiro Epigráfico*, lhe ter dado também o significado pejorativo de «o de duas valvas», no sentido de «homossexual»; não creio, porém, que assim se deva entender um *cognomen*, quando muito, se estivéssemos perante um *agnomen*, o que não é o caso; aliás, o *cognomen* pode ser atribuído a uma criança atendendo às suas características, mas têm-se em conta, como é natural em tenra idade, as características físicas. Salientar-se-á, por outro lado, o facto de mais nenhum testemunho do uso deste antropónimo se ter documentado desde então, o que confere a esta epígrafe maior valor.

Recorde-se a bibliografia posterior à publicação inicial: Dias, 1986a, p. 374, n.º 36; Encarnação, 1986a, p. 102 (n.º 125a); AE 1986, 279.

2.4. A estela de Sagaius (Fig. 5)

Foi identificada, em 1983, no Monte das Almoieiras (ou Almoieiras) de Cima, freguesia de Casével. De xisto castanho-acinzentado, mede 79 x 42 x 5 cm e foi depositada nas instalações do então Serviço Regional de Arqueologia do Sul, em Évora³. Assinale-se, para já, a presença de linhas de pauta bem visíveis, a denotar influência das estelas epigrafadas da Idade do Ferro, que os lapicidas romanos da região conheceriam decerto e que se observa na placa de ouro da Fig. 6. Uma continuidade formal e cultural, sem dúvida.

• L(ucius) • SAGAIVS / MAXVMI • F(ilius) / H(ic)
• S(itus) • E(st) • S(it) • T(ibi) • T(erra) • L(evis)

³ Aí a pude estudar; no entanto, foram baldadas as diligências com vista à confirmação do seu atual paradeiro.

«Aqui jaz Lúcio Sagaio, filho de Máximo. Que a terra te seja leve».

Tive oportunidade de tecer amplas considerações de carácter linguístico em 1986, que ora peço licença para me dispensar de repetir, dado que disponibilizei essa comunicação em linha. Dialoguei, de resto, na ocasião, com a sempre saudosa María Lourdes Albertos, que, ao verificar a frequência com que ocorrem nesta zona antropónimos relacionáveis com um estrato linguístico celtibérico, comentou que haveríamos de «pensar em algo mais do que em simples emigrantes», ou seja, um verdadeiro povoamento celtibérico pré-romano (Encarnação 1986b, pp. 137–138).

Consultados os meus colegas que mais se têm debruçado sobre a problemática linguística pré-romana (concretamente, Javier de Hoz, Blanca Prósper e José María Vallejo), recebi uma resposta unânime: nada mais se logrou saber acerca da etimologia de *Sagaius*. Vallejo indicara-o entre os antropónimos «sin ningún paralelo en el mundo clásico» (2005, p. 90, n. 33) e, mais adiante (p. 477), aduzira as semelhanças com *Sagarius*, *Sagillia* e *Sagillus*, e, por se tratar «de un individuo que posee la *ciuitas*», duvidara «de que pueda tratarse de un nombre de origen indígena», sugerindo a possibilidade de o antropónimo poder ser integrado «dentro de la serie de formaciones gentilicias sud-lusitanas sobre radicales no romanos». Também no banco de dados *Epigraphik-Datenbank Clauss-Slaby* (<http://www.manfredclauss.de/gb/>), onde a epígrafe foi incorporada (EDCS-07600213), nada de comparável se regista.

A ausência de *cognomen*, aliada, todavia, à menção da filiação através de um nome único — que é latino mas a que pode atribuir-se, pelo seu significado concreto («o maior»), precoce adoção por parte dos indígenas — e a existência de fórmulas funerárias sugeriram-me a possibilidade de lhe atribuir uma datação dos primórdios do século I da nossa era, mesmo de antes do reinado do imperador Cláudio. A esse propósito, o editor de AE 1986, 280 comenta: «On peut aussi comprendre, d'après la formulation, que *L. Sagaius* s'appelait, comme son père, *L. Sagaius Maximus*». Afigura-se-me forçada essa hipótese: primeiro, porque a evolução onomástica habitual na Lusitânia é o pai, indígena, adotar apenas um nome — latino ou



Fig. 6 – Peitoral de ouro. Coleção particular.

latinizado a partir de uma raiz pré-romana — e o filho já poder ter *praenomen* e *nomen*, sendo, como se sabe, mais tardia a introdução do *cognomen*; segundo, porque, a ser assim, ter-se-ia sucumbido à tentação de pôr os *tria nomina*, inclusive para acentuar uma aculturação que a inclusão das fórmulas funerárias finais assim como o requinte posto na preparação do campo epigráfico desejam patentear. O texto foi inserido também em AE 1987, 476; Dias, 1989b, p. 373, n.º 35; HEp 1 658.

3. O contexto arqueológico: os castella

Do contexto arqueológico, há que ressaltar, a meu ver, o que Manuel e Maria Maia escreveram sobre os chamados *castella*, na sequência dos trabalhos arqueológicos que desenvolveram na região (1982, 1986a...). É, porventura, a síntese que apresentou, em Janeiro de 1986, ao I Encontro de Arqueologia da Região de Beja, em Beja, e que seria publicada no *Arquivo de Beja* datado desse ano, a mais significativa.

Embora confesse, no final (p. 53) que «os elementos recolhidos ao longo de tantos anos de estudo (...) ainda não nos permitem a sua classificação definitiva», parece-lhe «muito improvável que o objetivo único subjacente à sua construção tivesse sido a agricultura» e, por conseguinte, defende a ideia de que esses «castelos» são «construções de apoio à mineração», uma vez que os vestígios detetados no



Fig. 7 – Placa de ouro epigrafada. Coleção particular.

terreno apontam para que «a actividade económica primordial fosse a mineração» (p. 54). Daí, naturalmente, a vinda precoce de pessoas que, por tradição das suas zonas de origem, conheciam bem as técnicas da exploração mineira.

Quando fizeram a história das interpretações acerca das funções que teria tido o castelo da Lousa, um castelo de vida bem curta — desde meados do século I a.C. até ao ano 10 d.C. —, sito na freguesia da Luz (concelho de Mourão), a menos de uma centena de quilómetros de Castro Verde, Jorge Alarcão, Pedro Carvalho e Ana Gonçalves aludem, a dado passo (2010, p. 33), à inscrição de *Mitulus*: «Pode ter sido um colono estabelecido na área nos meados do século I a.C.»; e como, para o castelo da Lousa, a função que se tem considerado mais significativa é a comercial, interrogam-se se os *castella* de Castro Verde não poderiam ter sido, «(também, residências de colonos)». Anotam, de seguida, que «a proximidade a que os *castella* se encontram uns dos outros exclui (ou dificulta),

porém, uma interpretação deles como estabelecimentos de mercadores».

Porventura se conhecerão, um dia, os ricos objetos de ouro e prata que paulatinamente se foram encontrando na região; alguns terão sido transformados; outros se guardam, todavia, em coleções particulares. E importa dizer que datam não apenas da Época Romana mas desde logo do período imediatamente anterior, a II Idade do Ferro, contemporâneos das estelas epigrafadas ainda por decifrar; e do período imediatamente posterior.

Assim, provém das imediações da localidade de Guerreiro o peitoral de um éfode de ouro (Fig. 6), com 202,9 g, datável do final da Idade do Ferro (século V a.C.).

Para uso ritual, está «manufacturado com placas laminadas de ouro martelado, unidas entre si por arame de ouro, simples ou encordoado, sendo a decoração obtida por puncionamento e, sobretudo, através da técnica do repuxado», lê-se na ficha respetiva. De notável também a presença de inscrições, gravadas a picotado em relevo, com signos que poderíamos designar de «ibéricos», e que apresentam extraordinária semelhança com letras maiúsculas do alfabeto grego. Há mesmo a sensação de que em cada uma das sete placas estará um nome, porventura de uma divindade ou de uma personagem real ou mítica, vendo-se repetida na placa inferior, em módulo destacado, a ‘palavra’ constante da 5.^a placa da série.

Não menos considerável será a tésseira — chamemos-lhe assim, dada a semelhança com as *tabulae* romanas que conhecemos e por ter, em cima, dois ‘aros’ a indicar que poderia destinar-se a ser pendurada — representada na Fig. 7, proveniente de Figueira, também povoação de Castro Verde. De ouro, ostenta inscrição (ou inscrições) em quatro ‘campos’, de caracteres em tudo semelhantes aos do peitoral atrás referido, onde, porém, a repetição de uma linha vertical pontilhada sugere sinal de divisão de palavras, aspeto que reputo do maior interesse para uma interpretação. Trabalho de ourivesaria deveras notável, documento histórico do maior relevo, mormente se, um dia, se lograr decifrar o seu conteúdo textual.

Do Período Republicano (275–270 a.C.), também na mesma localidade de Figueira se encontrou um *aes grave* (Fig. 8), com o peso aproximado de 400 g e 7 cm de diâmetro. Tem a efígie de Apolo no anverso e no reverso,



Fig. 8 – Aes grave. Período Romano Republicano. Coleção particular. Foto do autor.

idêntica mas não rigorosamente igual. Integra uma coleção particular, em cuja ficha descritiva se apontam paralelos em Vecchi 8, cr. 18/1 e Haeberlin pl. 34 — que não tive oportunidade de conferir.

Evocarei, ainda, de época posterior, o capacete visigótico de parada, de cobre, com incrustação de pedras semipreciosas (ágatas?), numa coleção particular desde 1976, cujo achamento ocorreu igualmente no sítio de Figueira, em 1972 (Fig. 9).

Um refinado trabalho de latoaria e de ourivesaria. Apresenta faceiras, guarda-nariz, guarda-nuca e uma barra destinada à aplicação da plumagem colorida; na face esquerda, sobre a faceira, a inscrição em picotado *Virtus. Pax. et S(alus)* (Fig. 10)⁴; ao longo do bordo, entre as duas faceiras, uma linha de orifícios para fixação da cota de malha, o que o faz situar inequivocamente entre o século IV e o final do século VII d.C., pois, segundo os entendidos, só a partir de fins do século IV essa cota se terá começado a utilizar.

Recorde-se, a propósito, que Manuel e Maria Maia identificaram, nos começos da década de 80, uma basílica paleocristã e ruínas do Período Tardo-Romano junto à igreja de Santa Bárbara.

4. O contexto arqueológico: Santa Bárbara

«Milhares de lucernas encontradas no Alentejo» — é o título da reportagem assinada por Victor Mendanha no *Correio da Manhã* de 5 de dezembro de 1998 (p. 22), que conta a história do achamento do depósito votivo de Santa

Bárbara de Padrões, em 1994. A reportagem vinha, aliás, na sequência da publicação, pelo Núcleo de Arqueologia da Cortiçol, em 1997, da monografia em que os dois arqueólogos inventariam e estudam as lucernas encontradas (Fig. 11).

Sublinhe-se, antes de mais, a observação exarada nessa monografia de que

a epigrafia latina do concelho de Castro Verde, muito pobre e proveniente de áreas afastadas de Santa Bárbara, longe de nos elucidar, confundem-nos. Não imaginamos por que razão um sítio com tantos vestígios romanos que Leite de Vasconcelos intitulou de cidade, não forneceu nenhuma peça epigrafada (p. 22).

Pobre em quantidade é-o, sem dúvida; pobre de informações acerca da população romana, creio que não. Serão, de resto, dois horizontes diferentes: num, o dos epitáfios a perpetuar famílias; noutra, o lugar onde se presta culto, porventura, como os autores sugerem, um recinto sagrado, provavelmente até desprovido de cobertura, onde se venerariam «as divindades ligadas às forças da natureza».

Nenhuma das lucernas estudadas, se bem me pareceu compreender, pode incluir-se no tipo de lucernas ditas 'mineiras' — como, aliás, os autores sublinham — embora na quase totalidade tenham sido efetivamente utilizadas; contudo, não deixará de ser aliciante, mormente ao verem-se tantas representações de Mitra, o deus solar, pensar que a luz assumia para os mineiros um carácter sagrado, que impor-

⁴ Anote-se, a título de curiosidade e até para melhor enquadramento da epígrafe, que um códice antigo da Catedral da Assunção, em Dubrovnik (Croácia), regista uma variante do *Kyrie eleison*, oração litânica que, na liturgia da Missa, precede o *Gloria*, onde duas das invocações têm esta formulação: *Laus virtus pax et imperium cui est semper sine fine ELEISON; virtus nostra Domine atque salus nostra in aeternum ELEISON*. A *virtus* (o valor, nomeadamente o valor guerreiro), a *pax* (que pela força das armas também se obtém) e a *salus* (a salvação, o êxito e a saúde) constituem, por conseguinte, uma trilogia que, desde os primeiros tempos do Cristianismo, se almejava obter. Será também, porventura, um eco das palavras que S. Agostinho, na *Cidade de Deus* (22, cap. XXX, 4), põe na boca de Deus: «Ego ero quaecumque ab hominibus honeste desiderantur et vita, et salus et victus et copia et pax et omnia bona», «Eu serei tudo aquilo que os homens honestamente desejam: não só a vida, mas também a saúde, os bens, a abundância, a paz e todos os bens». A *Cidade de Deus*, obra iniciada em 412 ou 413, só viria a ser concluída em 426.



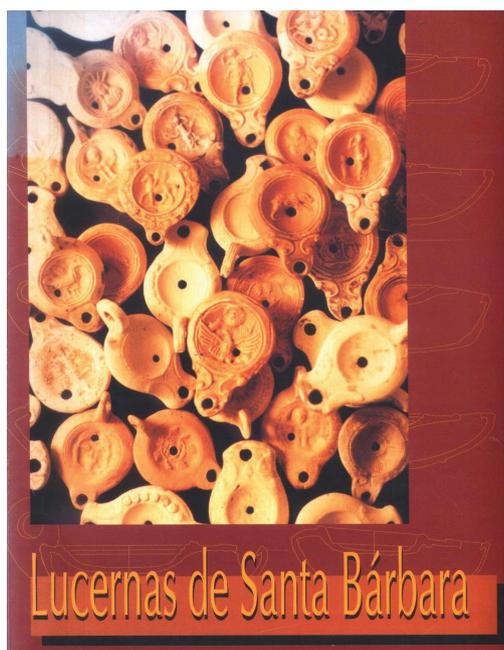
Fig. 9 – Capacete de parada, visigótico. Coleção particular. Foto do autor.

Fig. 10 – Pormenor da inscrição gravada no capacete.

tava venerar. E vem, por isso, bem a propósito a referência, por parte de Maria e Manuel Maia, aos cultos orientais (Mitra, Ísis, Cibele...) de que falam epígrafes da não muito afastada *Pax Iulia...*

E esta alusão às representações acarreta a obrigação de se dizer que, para além de motivos geométricos, da flora e da fauna (terrestre e marinha), de temas literários (as máscaras de teatro, por exemplo) e de cenas da vida quotidiana, a representação de divindades ocupa lugar importante: Baco/Diónisos, Diana/Ártemis, Eros/Cupido, Hélios/Mitra (48 testemunhos!), Ísis, Júpiter, os Lares, os Manes, Marte, Mercúrio, Minerva, Selene/Lua e Vénus, além de personagens mitológicas (Hércules, Sereias, Sileno...).

Fig. 11 – Capa do livro sobre lucernas de Santa Bárbara de Padrões. Foto do autor.



Dir-se-á que se trata de estereótipos desgarrados da realidade concreta. Creio que não. Já tive ensejo de escrever, precisamente a propósito de um catálogo de lucernas (2000), que

por detrás dessa lucerna, há o Homem que a usou. Mais: o homem que, um dia, escolheu essa e não outra. Ou ainda, antes disso: o oleiro que a idealizou com um único fim — vendê-la!

Por isso acrescente:

Entramos, pois, no âmago duma sociedade, que, se calhar, não será assim tão distinta de nós, mesmo quando faz as suas compras ou idealiza as suas peças. Quando, na decoração do disco, põe frase de propaganda ao poder vigente; quando prefere, sorrateiro e malicioso, a cena erótica de inusitada posição; quando escolhe o perfil de determinada deusa — o oleiro sabe o mercado que tem, conhece os gostos da clientela... E é aí que nós, hoje, queremos chegar, reconhecendo que se mudaram os tempos, mas os mecanismos — políticos, sociais, económicos... — permanecem inalteráveis.

Ora, tal como as epígrafes — ainda que poucas (mas outras se hão-de encontrar em reutilização por esses muros e paredes...) —, o conjunto das lucernas de Santa Bárbara de Padrões revela um mundo culto, requintado, um mundo em que o *negotium* está bem presente, porque muitas das marcas se referem, por exemplo, a oficinas itálicas.

E aqui tocamos os dois aspetos de um quotidiano: extrai-se e depura-se o minério, prepara-se o metal e, com ele, objetos que se vendem ou trocam. Se os *castella* são fortalezas ou residências de mercadores, eu diria que exercem ambas as funções, numa área em que pode haver agricultura, sim, que o solo é fértil, mas em que a exploração mineira constitui fonte de riqueza principal.

E não se poderá dar por concluída a alusão a Santa Bárbara sem dizer que João Pedro Bernardes aí situa a cidade de *Aranni*, citada já desde a Antiguidade mas sobre cuja localização muito se tem discutido. Creio que este investigador terá colocado um ponto final na questão, ao escrever:

Do ponto de vista arqueológico, mas também pelo seu posicionamento geográfico, Santa Bárbara dos Padrões oferece, pois, os melhores argumentos para situar aqui *Aranni*. A avaliar por aquilo que se conhece, o sítio parece corresponder a um aglomerado secundário [...], uma vez que aglomerados desse tipo apresentam «funções religiosas predominantes» ou detêm uma função primordialmente ligada «às vias onde figuram *mansiones* (Bernardes, 2006, p. 161).

Por outro lado, embora João Pedro Bernardes aduza, a propósito, exaustiva bibliografia, permita-se-me que acrescente a notícia «Uma cidade romana em Castro Verde?», publicada na p. 9 do *Diário do Alentejo* de 21 de outubro de 1983. Vem a propósito das escavações levadas a cabo, porque, «quando se procedia às obras de ampliação do cemitério de Santa Bárbara de Padrões foram postos a descobertos vestígios da ocupação romana do local». E alude-se a «uma extensa estação arqueológica» a que José Leite de Vasconcelos se referira como sendo uma cidade. Ilustram-na imagens de várias agulhas de osso e de um alfinete de cabelo; de um dos «dois grandes anzóis de bronze — para cuja existência no local os arqueólogos não encontram fácil explicação»; do «magnífico botão com decoração em esmalte, provavelmente do período visigótico».

5. Conclusão: esboço para uma história

Simplex estela a registar um antropónimo estranho na sua grafia e etimologia, *Obiddus*, lançou o repto para renovado olhar sobre um local donde provieram algumas, poucas, inscrições romanas, que nos davam conta de quem por ali viveu, labutou e morreu.

O modo como os defuntos vêm identificados nos epitáfios com que familiares saudosos os quiseram perpetuar até aos nossos dias e, por outro lado, a simplicidade dos textos e a sua organização interna mostraram-nos que estamos perante uma população que se exprime em latim, que conhece as regras de um hábito epigráfico nascente e que nos dá a conhecer nomes que fazem a diferença, ou seja, que não teriam sido comuns mesmo entre os seus contemporâneos. Recordamos *Mitulus*, *Obiddus*, no âmbito cognominal, mas também no caso dos gentílicos — *Postumius*, *Sagaius*, *Ulpus* — é mui vincada a individualidade mesmo no âmbito do *conventus Pacensis*, em que essa zona se inseria. A relação com um estrato populacional celtibérico afigurou-se evidente, tendo em conta também outros testemunhos próximos, como *C. Iulius Letondo*, de Panóias, Ourique (*IRCP* 130).

A reflexão feita deu-nos bases para sugerir estarmos perante indivíduos livres oriundos de uma região da Península Ibérica notabilizada pela experiência dos seus habitantes no trato da exploração mineira, os *Vadinienses* e os *Clunienses*, o que não é de estranhar, uma vez que Castro Verde se localiza em zona rica em minério.

E se o depósito votivo de Santa Bárbara de Padrões impressiona pelo seu significado religioso e cultural, mostrando-nos uma população culta e economicamente requintada, os *castella* que tanta celeuma levantaram quanto à sua verdadeira função acabam, neste panorama, por nos mostrar mais claramente o objetivo com que foram erguidos: centros de negócio e de proteção de uma cobiçada riqueza, o minério que seguramente também ali foi depurado e trabalhado.

E pouco a pouco, porém, se irão conhecendo os sumptuosos exemplares resultantes desse labor que a conjuntura tem obrigado a manter em segredo⁵.

⁵ Agradeço ao Dr. Manuel Maia a pronta colaboração que me deu na preparação destas despreziosas linhas, que peço licença para dedicar à memória de sua mulher, Dra. Maria Adelaide Maia, Amiga e Companheira de muitas lutas, que tão cedo nos deixou.

Bibliografia citada

#

BATTLE HUGUET, Pedro (1963²) – *Epigrafía Latina*. Barcelona: Escuela de Filología.BERNARDES, João Pedro (2006) – A propósito da localização de Aranni/Arandis. *Conimbriga*. Coimbra. 45, pp. 153–164.DIAS, Maria Manuela Alves (1986) – Inscrição funerária de Casével (Castro Verde). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 18, n.º 83.DIAS, Maria Manuela Alves (1989a) – A propósito da inscrição E. Epigr. IX, 40, de Cárquere, Resende: os *Ulpii* na Hispania. In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil, pp. 333–348.DIAS, Maria Manuela Alves (1989b) – Para um repertório das inscrições romanas do território português (1986). *Euphrosyne*. Lisboa. 17, pp. 373–384.DIAS, Maria Manuela Alves (1991) – Para um repertório das inscrições romanas do território português (1988). *Euphrosyne*. Lisboa. 19, pp. 463–476.EDMONDSON, Jonathan; NOGALES BASARRATE, Trinidad; TRILLMICH, Walter (2001) – *Imagen y memoria: monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita*. Madrid: Real Academia de la Historia.EE = *Ephemeris Epigraphica*. Berlin.ENCARNAÇÃO, José d' (1978) – Estelas romanas inéditas do Sudoeste alentejano. *Conimbriga*. Coimbra. 17, pp. 41–53. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/30048>.ENCARNAÇÃO, José d' (1986a) – Inscrições romanas do *conventus Pacensis*: aditamento. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1, pp. 99–109. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10906>.ENCARNAÇÃO, José d' (1986b) – **Sagaius** – um novo gentilício romano documentado em Casével (Castro Verde). *Arquivo de Beja*. Beja. 2.ª série. 3, pp. 133–140. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/30049>.ENCARNAÇÃO, José d' (1986c) – Estela funerária de Castro Verde. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 18, n.º 82.ENCARNAÇÃO, José d' (2000) – Utilidade e outros saberes. Prefácio ao livro *Lucernas Romanas (Catálogo)*, de Eurico Sepúlveda e V. Rafael Cordeiro de Sousa. Torres Vedras. pp. 5–6. [Incluído no livro *Paisagens da Antiguidade*, Lisboa, 2009, pp. 36–37].ENCARNAÇÃO, José d' (2007) – O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões. In: NOGALES BASARRATE, Trinidad; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Julián, eds. – *Culto imperial: política y poder*. Roma: L'Erma di Bretschneider. pp. 349–367. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10506>.ENCARNAÇÃO, José d' (2009–2010) – Praticar arqueologia... no Alto Côa. *Eburobriga*. Fundão. 6, pp. 43–54. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/15292>.ENCARNAÇÃO, José d' (2011) – Apostilas epigráficas – 4. *Conimbriga*. Coimbra. 50, pp. 101–125. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/26309>.GUERRA, Amílcar (1989) – Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crasto (S. Romão, Seia). In *Actas do I Congresso Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil, pp. 425–430.HAEBERLIN, Ernst (1910) – *Aes Grave: das Schwergeld Roms und Mittelitaliens einschließlich der ihm vorausgehenden Rohbronzewährung*. Halle: Baer.HEp = *Hispania Epigraphica*. Madrid.HEpOL = *Hispania Epigraphica On Line*, acessível em <http://eda-bea.es/>IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Universidade. 2.ª edição, de 2013, disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/578>.KAJANTO, Iiro (1965) – *The Latin cognomina*. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica.MAIA, Manuel (1986a) – Os 'castella' do Sul de Portugal: sua integração histórica. *Arquivo de Beja*. Beja. 2.ª série. 3, pp. 43–55.MAIA, Manuel (1986b) – Os 'castella' do Sul de Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 27, pp. 195–223.MAIA, Manuel; MAIA, Maria (1982) – Fortalezas romanas de Castro Verde. *Diário do Alentejo*. Beja. 1-9-1982, p. 4.MAIA, Maria (1992) – M. Ulpus Obiddus. “Engenheiro de minas”, em Castro Verde, no séc. II d.C. O *Campanho*. Castro Verde. março-abril, p. 11.MAIA, Maria Garcia Pereira; MAIA, Manuel (1997) – *Lucernas de Santa Bárbara*. Castro Verde: Núcleo de Arqueologia da Cortiçol.

NAVARRO CABALLERO, Milagros; RAMÍREZ SÁDABA, José Luis, eds. (2003) – *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida: Fundación de Estudios Romanos; Bordeaux: Ausonius.

SYME, Ronald (1977) – La richesse des aristocraties de Bétique et de Narbonnaise. *Ktema*. Strasbourg. 2, pp. 373–380.

UNTERMANN, Jürgen (1965) – *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid: CSIC.

VALLEJO RUIZ, José María (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.

VECCHI, Italo (2013) – *Italian cast coinage: a descriptive catalogue of the cast coinage of Rome and Italy*. London: London Ancient Coins.

ALARCÃO (Jorge de), CARVALHO (Pedro C.) e GONÇALVES (Ana), «História das escavações e da interpretação do monumento», in ALARCÃO (Jorge de), CARVALHO (Pedro C.) e GONÇALVES (Ana) [coord.], *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*, série Studia Lusitana nº 5, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 2010, p. 27-35.